

G □ □ □ www.extrema.mg.gov.br

Inovação e Gestão de Resultados

PUBLICADO

Extrema, 21/12/2021

LEI Nº 4.477 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2021.

"Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município para o Exercício de 2022"

O Prefeito Municipal de Extrema, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal de Extrema aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Lei:

Artigo 1º - Estima-se a receita do Município para o exercício financeiro de 2022, no montante de R\$ 485.477.292,23 (Quatrocentos e Oitenta e Cinco Milhões Quatrocentos e Setenta e Sete Mil Duzentos e Noventa e Dois Reais e Vinte e Três Centavos), e fixa a despesa em igual valor, nos termos do artigo 165 § 5º da CF/88, compreendendo o orçamento fiscal referente às Entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta.

§ 1º – Acompanharão a presente Lei os anexos exigidos pela legislação vigente.

§ 2º – Integram a presente Lei os seguintes quadros:

I – Relatórios Anexos:

- a) Demonstrativo da receita e despesa segundo categorias econômicas, Anexo I da Lei Federal 4.320/64;
- b) Demonstrativo da despesa por categoria econômica, Anexo II da Lei Federal 4.320/64;





ਰਿ⊙©⊚ www.extrema.mg.gov.br

Inovação e Gestão de Resultados

Lei Federal 4.320/64;	c) Demonstrativo do Programa de Trabalho de Governo, Anexo VI da
Lei Federal 4.320/64;	d) Demonstrativo por Função, Sub Função e Programas, Anexo VII da
vínculo com os recursos,	e) Demonstrativo por Função, Sub Função e Programas conforme Anexo VIII da Lei Federal 4.320/64;
Federal 4.320/64.	f) Demonstrativo da Despesa por órgão e Função, Anexo IX da Lei
governo; 70%;	II – Relatórios Gerenciais:
	a) Sumário geral da receita por fonte e da despesa por funções de
	b) Demonstrativo da Aplicação da Receita na Saúde – 15%;
	c) Demonstrativo da Aplicação da Receita na Educação – 25%;
	d) Demonstrativo da Aplicação da Receita do FUNDEB com Pessoal –
	e) Relatório da Despesa conforme vínculo com os recursos;
	f) Comparativo por fonte de recurso;
	g) Demonstrativo da despesa por modalidade de aplicação;
	h) Demonstrativo da Receita Corrente Líquida.
	III – Relatórios de Consulta:
	a) Relatório Analítico da Receita;
	b) Relatório Analítico da Despesa.

Artigo 2º - Ficam os Poderes Legislativo, Executivo e Administração Indireta, autorizados:





Inovação e Gestão de Resultados

I – A abrir créditos adicionais suplementares, respeitadas as demais prescrições constitucionais e nos termos do inciso I do Art. 7º e Art. 43º §1º da Lei Federal 4.320/64 até o valor correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do montante previsto nesta Lei.

II – A contratar, nos limites e condições estabelecidos em consonância com as Resoluções do Senado Federal nº 40 de 20/12/2001 e suas alterações, e, 43 de 21/12/2001 e suas alterações, ambas republicadas em 9 de abril de 2002 e conforme disposto no Art. 32 §1º inciso I da Lei Federal 101/2000 (LRF) e inciso II e §3º do Art. 7º da Lei Federal 4.320/64, operações de crédito, para atendimento das despesas que, de acordo com a legislação vigente, possam ser financiadas com esta receita.

III - Criar grupo de natureza de despesa e fonte, dentro de cada projeto, atividade ou operação especial, mediante Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo Único - O grupo de natureza de despesa e a fonte de recursos somente poderão ser criados a partir do cancelamento, total ou parcial, de outros, dentro da mesma ação.

Artigo 3º - O Poder Executivo poderá alterar, mediante decreto, a natureza da receita, as fontes e a destinação de recursos da receita orçamentária, os códigos e as descrições dos elementos de despesa, dos grupos de natureza de despesa, das funcionais programáticas, unidades orçamentárias e as fontes de recursos constantes desta Lei e em seus créditos adicionais, para fins de correção de erros materiais.

Artigo 4º - O Município poderá incluir na Lei Orçamentária, novas fontes e destinação de recursos e/ou grupo das fontes e destinação de recursos para atender às suas peculiaridades, ante as necessidades de execução, em consonância com o Anexo III, da Instrução Normativa nº 15/2011 e suas alterações, do Tribunal de Contas de Minas Gerais e conforme a legislação vigente.

Parágrafo Único - Cabe aos poderes Executivo, Legislativo e Administração Indireta assegurarem a compatibilidade entre o planejamento para o exercício de 2022 contido no Plano Plurianual 2022 - 2025 e a Lei Orçamentária para o exercício de 2022, ficando autorizados os ajustes necessários à plena compatibilização.

Artigo 5º - As metas fiscais de receita, despesa, resultados primário e





Inovação e Gestão de Resultados

nominal, apurados segundo esta Lei, constantes do Demonstrativo da Compatibilidade da programação do orçamento com as Metas de Resultados Fiscais, atualizam as metas fixadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022.

Parágrafo Único - O conteúdo do Plano Plurianual e das Diretrizes Orçamentárias considera-se modificado por esta Lei Orçamentária e pelas alterações desta efetivadas mediante créditos adicionais.

Artigo 6º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Lei em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de Janeiro de 2022.

João Batista da Silva

Prefeito Municipal

